



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

NOTA TÉCNICA Nº 3995/2025/COLIC/CGLCD/DGC/SE

PROCESSO Nº 00190.105540/2024-74

INTERESSADO: COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES

1. ASSUNTO

1.1. Remessa dos autos à instância decisória, a fim de obter anuência para a continuidade do certame, com a publicação do novo instrumento convocatório, nos termos do [art. 53, §3º, e art. 54, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

2. REFERÊNCIAS

- 2.1. [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#);
- 2.2. [Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022](#);
- 2.3. [Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017](#);
- 2.4. [Decreto nº 12.343, de 2024](#);
- 2.5. [Portaria nº 8.678, de 19 de julho de 2021](#);
- 2.6. [Portaria CGU nº 732, de 23 de fevereiro de 2023](#);
- 2.7. [Portaria SE/CGU nº 38, de 16 de dezembro de 2022](#);
- 2.8. [Portaria DGC nº 1187, de 11 de abril de 2025](#);
- 2.9. [Portaria DGC nº 1293, de 25 de abril de 2025](#);
- 2.10. [Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021](#);
- 2.11. [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022](#);
- 2.12. [Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022](#);
- 2.13. [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#);
- 2.14. [Instrução Normativa SEGES/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022](#);
- 2.15. [Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016](#);
- 2.16. [PARECER Nº 00573/2025/CJSER-BSB/SCGP/CGU/AGU \(3757600\)](#); e
- 2.17. [Planejamento Estratégico Institucional da Controladoria-Geral da União \(CGU\)](#).

3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. Trata-se da contratação de "suporte técnico e do direito de atualização do software de virtualização VMware VSphere Foundation (VVF), oficiais do fabricante, do ambiente de produção da CGU no modelo de subscrição, atendimento 24 x 7", conforme disposto no "Estudo Técnico Preliminar Digital 370003-22/2025 (3686398)" e no "Termo de Referência Digital 370003-43/2025 (3832250)".

3.2. O objeto desta contratação é qualificado como "**serviços comuns**" (art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021), conforme descrito nos itens **1 e 9** do "Termo de Referência Digital 370003-43/2025 (3832250)".

3.3. O Pregão Eletrônico nº 90004/2025 restou **fracassado**, em razão de pedidos de desclassificação apresentados pelas licitantes, fundamentados na inexequibilidade do valor estimado, extraído, pela área técnica, da versão 4.0.0 do Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas – VMware (3768095), publicado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI,

que fixou o preço máximo de R\$ 2.890,00 (dois mil oitocentos e noventa reais), por licença, totalizando R\$ 1.387.200,00 (um milhão trezentos e oitenta e sete mil e duzentos reais), para 480 licenças.

3.4. Encerrada a sessão, e comunicado o resultado à área técnica, via "*Despacho de Desclassificação dos Fornecedores (3812885)*", a DICONTE diligenciou o MGI, por meio do "*Ofício nº 15873/2025 (3815209)*", remetido pelo "*E-mail (3816278)*", relatando o fracasso do Pregão, questionando a adequação dos valores do Catálogo e a possibilidade de republicação do edital, com base nos preços obtidos no "*Relatório de Pesquisa de Preços 3649668*".

3.5. Em resposta ao Ofício, o MGI remeteu o "*E-mail - Resposta do MGI ao Ofício (3829580)*", informando a atualização do Catálogo de Soluções de TIC – VMware - versão 4.1.0 (3829583), contemplando novos valores compatíveis com a política de preços vigente do fabricante, e orientando o uso do novo Preço Máximo de Compra de Item de TIC (PMC-TIC), em conformidade com o art. 40 da [Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022](#).

3.6. Dessa forma, a área técnica elaborou a nova versão do "*Termo de Referência nº 43/2025 (3832250)*", devidamente aprovada pelo respectivo Diretor (3832253), no qual fez constar o valor unitário atualizado de R\$ 6.523,30 (seis mil quinhentos e vinte e três reais e trinta centavos) e valor total estimado de **R\$ 3.131.184,00 (três milhões cento e trinta e um mil cento e oitenta e quatro reais)**, em consonância com a nova versão do Catálogo (4.1.0).

3.7. Encontra-se nos autos "*Consulta PCA 2025 - 370003-30/2025 (3573882)*", sendo que o "*Documento de Formalização da Demanda nº 84/2025 (3262608)*" está corretamente vinculado à Contratação PCA 370003-30/2025 (status: *aprovada*), permitindo o prosseguimento da contratação, em atendimento ao que prevê o artigo 17 do [Decreto 10.947/2022](#).

3.8. Diante do exposto, sugere-se a **publicação de novo Edital, Pregão Eletrônico nº 90009/2025**, considerando o valor atualizado de referência estabelecido pelo MGI, mantendo-se as indicações do Pregoeiro e da Equipe de Apoio inseridas no "*Despacho Indicação de Pregoeiro e Equipe de Pregão (3764284)*".

4. ANÁLISE

4.1. Cumprimento prévio do art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1. O processo já cumpriu a exigência da análise jurídica, prevista no art. 53, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, como demonstra o "*Parecer Jurídico nº 00573/2025/CJSER-BSB/SCGP/CGU/AGU (3757600)*", emitido em decorrência do encaminhamento formalizado pelo "*Ofício nº 9545/2025 (3673522)*" e autorizado na "*Nota Técnica nº 2342/2025 (3697299)*". As recomendações constantes do Parecer foram integralmente tratadas pelas áreas competentes, e os respectivos saneamentos (ou justificativas) descritos na "*Nota Técnica 3208 (3772342)*":

4.2. Observância ao disposto no art. 72, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

4.2.1. Foi atualizada a "*Declaração Disponibilidade Orçamentária 549 (3839950)*", com fulcro no art. 80, § 1º, do [Decreto-Lei nº 200/67](#), no art. 167, incisos I e II, da [Constituição Federal de 1988](#), e no art. 16, da [Lei Complementar nº 101/2000](#), combinados com o art. 72, inciso IV, da [Lei nº 14.133/2024](#), na qual consta a manifestação acerca da previsão de recursos orçamentários para fazer frente à despesa ora tratada.

4.3. Natureza das alterações no Termo de Referência e na Minuta de Edital.

4.3.1. **Não houve alteração** do objeto, do regime de execução, das cláusulas essenciais que constarão do futuro contrato, dos critérios de julgamento ou das condições de habilitação já apreciadas na análise jurídica pretérita. As mudanças restringem-se a:

4.3.1.1. I – atualização do valor estimado e do valor unitário de referência no "*Termo de Referência Digital 370003-43/2025 (3832250)*".

4.3.1.2. II – adequações meramente formais na nova minuta de Edital, refletindo-se as atualizações de preço, corrigindo-se referências documentais (sem inovação normativa ou alteração de matriz de riscos, obrigações ou prazos), bem como replicando-se alguns dispositivos normativos, em especial sobre os benefícios dispensados às ME e EPP e também às empresas que desenvolvem programa de integridade.

4.4. **Justificativa para a dispensa de nova análise jurídica.**

4.4.1. A atualização de preços decorre de ato superveniente do Órgão Central do SISP (MGI), com base no art. 40 da [Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022](#), que impõe a observância do PMC-TIC e a sua consulta renovada. Trata-se, portanto, de ajuste objetivo e vinculado, que não altera os pressupostos fático-jurídicos já examinados pela SCGP/AGU, nem introduz inovação normativa ou modifica a conformação jurídica do edital/contrato.

4.4.2. Da mesma forma, a transcrição, na minuta de Edital, de dispositivos extraídos da Lei nº 14.133/2021, da lei Complementar nº 123/2006, do Decreto nº 8.538/2015 e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025 tem como único objetivo tornar mais clara as regras, os procedimentos e responsabilidades que deverão ser observadas pelas empresas que declararem possuir direito de usufruir de algum dos benefícios previstos nos citados normativos, não impactando, portanto, na conclusão e tampouco nas recomendações formuladas originalmente pela SCGP/AGU, no Parecer Jurídico nº 00573/2025.

4.5. **Controle de conformidade e registro.**

4.5.1. Em atenção às boas práticas de governança e segregação de funções, foi juntado novo "CheckList (3843989)", para registrar a aderência das versões atualizadas do TR (3832250) e do Edital 111 (3833471) ao PMC-TIC (versão 4.1.0), e reforçar a justificativa acerca da dispensa de nova análise jurídica pela SCGP/AGU.

4.6. **Da publicação oficial do Edital:**

4.6.1. Em observância ao art. 54, *caput*, c/c com seu §1º, da Lei nº 14.133/2021, informa-se que serão providenciadas as publicações obrigatórias do extrato do Edital no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial da União e, ainda, em jornal diário de grande circulação.

5. **CONCLUSÃO**

5.1. Diante do exposto, considerada a regularidade da instrução e o atendimento integral às recomendações constantes do "*Parecer nº 00573/2025/CJSER-BSB/SCGP/CGU/AGU (3757600)*" — mantida a higidez jurídica das peças e promovidas apenas atualizações e melhorias descritas na presente nota técnica — propõe-se o encaminhamento dos autos à autoridade competente para **autorização da publicação do Edital 111** (3833471), referente ao **Pregão Eletrônico nº 90009/2025**, com base no Termo de Referência Digital 370003-43/2025 (3832250).

5.2. A medida ora proposta atende ao disposto no art. 53, § 3º, c/c o art. 54, da Lei nº 14.133/2021.

RAMON SANTOS DE OLIVEIRA

Integrante Administrativo
COLIC/CGLCD/DGC/SE/CGU

De acordo.

Acolho os esclarecimentos prestados acima e **opino pelo prosseguimento da licitação.**

Encaminhe-se ao Coordenador-Geral de Licitações, Contratos e Documentação para análise e manifestação.

HUGO MARCUS SILVA TEIXEIRENSE

Coordenador de Licitações
COLIC/CGLCD/DGC/SE/CGU

Manifesto-me de acordo com os informações prestadas, as medidas relatadas e a proposta

de prosseguimento da licitação.

Remeta-se o processo à Diretora de Gestão Corporativa, para análise e, se for o caso, **autorização da publicação do Edital do Pregão Eletrônico nº 90009/2025.**

JEFFERSON DE FREITAS MARTINS

Coordenador-Geral de Licitações, Contratos e Documentação
CGLCD/DGC/SE/CGU

DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DO EDITAL

1. Considerando-se o disposto no art. 94, inciso IV, do Regimento Interno da CGU, aprovado pela [Portaria Normativa CGU nº 38, de 16 de dezembro de 2022](#), e delegação de competência prevista no art. 4º, inciso II, da "Portaria nº 732/2023 - Atividades de Custeio (3668626)" e a atribuição fixada no art. 1º, inciso I, alínea "c", da Portaria DGC nº 1293, de 25 de abril de 2025 (3764283), e ciente das informações prestadas pela Coordenação de Licitações - COLIC, autorizo a publicação do **Edital nº 111** (3833471) e seus respectivos anexos, referente ao **Pregão Eletrônico nº 90009/2025**, nos termos do [art. 53, §3º, e art. 54, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), c/c [art. 14 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022](#).

2. Restituam-se os autos à Coordenação de Licitações (COLIC), para os devidos encaminhamentos.

BIANCA CRISTINA LESSA ENDERS

Diretora de Gestão Corporativa
DGC/SE/CGU



Documento assinado eletronicamente por **RAMON SANTOS DE OLIVEIRA**, **Técnico Federal de Finanças e Controle**, em 07/11/2025, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **HUGO MARCUS SILVA TEIXEIRENSE**, **Coordenador**, em 07/11/2025, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JEFFERSON DE FREITAS MARTINS**, **Coordenador-Geral**, em 10/11/2025, às 07:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **BIANCA CRISTINA LESSA ENDERS, Diretora de Gestão Corporativa**, em 10/11/2025, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.cgu.gov.br/conferir> informando o código verificador 3843990 e o código CRC 66F8356B

Referência: Processo nº 00190.105540/2024-74

SEI nº 3843990